



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO GDGSET.GP. Nº 244, DE 26 DE SETEMBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 6000310/2021-00,

RESOLVE:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de setembro de 2020 a agosto de 2021, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Presidente do Tribunal

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União.

ANEXO I
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 A AGOSTO/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	69.045.407,25	68.643.536,10	98.040.487,91	97.682.317,67	91.758.490,77	66.020.704,47	69.764.068,53	66.621.312,98	69.055.991,82	71.417.894,76	69.249.114,75	68.964.510,94	906.263.837,95	2.174.652,91	908.438.490,86
Pessoal Ativo	44.074.181,76	44.017.317,26	61.393.104,84	71.881.802,02	54.666.667,25	41.214.209,96	44.924.949,17	41.835.871,68	43.868.547,08	46.531.791,85	44.195.542,00	44.287.257,96	582.891.242,83	2.162.197,39	585.053.440,22
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	36.195.930,11	36.594.970,66	54.512.744,67	57.050.657,57	47.215.542,40	33.770.170,40	37.476.384,03	36.861.741,47	36.491.507,27	39.115.361,90	36.731.238,16	36.746.642,02	488.762.890,66	1.263.474,88	490.026.365,54
Obrigações Patronais	7.878.251,65	7.422.346,60	6.880.360,17	14.831.144,45	7.451.124,85	7.444.039,56	7.448.565,14	4.974.130,21	7.377.039,81	7.416.429,95	7.464.303,84	7.540.615,94	94.128.352,17	898.722,51	95.027.074,68
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.971.225,49	24.626.218,84	36.647.383,07	25.800.515,65	37.091.823,52	24.806.494,51	24.839.119,36	24.785.441,30	25.187.444,74	24.886.102,91	25.053.572,75	24.677.252,98	323.372.595,12	12.455,52	323.385.050,64
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.258.053,56	20.952.073,49	31.364.622,35	22.215.498,04	31.731.472,20	21.130.115,50	21.146.580,49	21.110.979,68	21.457.434,83	21.105.088,26	21.329.481,39	21.035.789,14	275.837.188,93	4.464,76	275.841.653,69
Pensões	3.713.171,93	3.674.145,35	5.282.760,72	3.585.017,61	5.360.351,32	3.676.379,01	3.692.538,87	3.674.461,62	3.730.009,91	3.781.014,65	3.724.091,36	3.641.463,84	47.535.406,19	7.990,76	47.543.396,95
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	24.971.225,49	24.626.218,84	36.666.283,12	17.880.744,07	37.091.823,52	24.806.494,51	24.844.456,79	24.857.901,24	25.209.890,57	24.888.529,27	25.102.933,45	24.747.971,89	315.694.472,76	8.342,08	315.702.814,84
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	18.900,05	48.938,19	0,00	0,00	5.337,43	0,00	0,00	0,00	2.426,36	10.259,28	156.580,22	0,00	156.580,22
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	163.830,21	0,00	0,00	0,00	72.459,94	22.445,83	0,00	39.101,42	0,00	297.837,40	351,32	298.188,72
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.971.225,49	24.626.218,84	36.647.383,07	17.667.975,67	37.091.823,52	24.806.494,51	24.839.119,36	24.785.441,30	25.187.444,74	24.886.102,91	25.053.572,75	24.677.252,98	315.240.055,14	7.990,76	315.248.045,90
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	44.074.181,76	44.017.317,26	61.374.204,79	79.801.573,60	54.666.667,25	41.214.209,96	44.919.611,74	41.763.411,74	43.846.101,25	46.529.365,49	44.146.181,30	44.216.539,05	590.569.365,19	2.166.310,83	592.735.676,02

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	938.730.994.036,87	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	592.735.676,02	0,063142%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.706.275.004,00	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.620.961.253,80	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.535.647.503,60	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 13/set/2021, às 15h21.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLÊNARIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 A AGOSTO/2021

R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		908.438.490,86	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		315.702.814,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		592.735.676,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		938.730.994.036,87	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,063142%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,206935%	1.942.562.982,51
	Resol CNJ 5/2005	0,206896%	1.942.196.877,42
	Ato decorrente:		ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005

Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 1/2007	0,182102%	1.709.447.914,76
Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 30/2013	0,181764%	1.706.275.004,00
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 ¹			0,181764%	1.706.275.004,00

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 13/set/2021, às 15h21.

NOTA: O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST.CSJT nº 30/2013.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Presidente do Tribunal

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário de Auditoria

DIRLEY SÉRGIO DE MELO
Secretário de Administração